



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

RESOLUÇÃO N.º 005, DE 23 DE JULHO DE 2020

***“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS
PERANTE O ITUPREV”***

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO,
Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de
Itu - ITUPREV, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.810,
de 04 de abril de 2016,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os
procedimentos de parcelamento de débitos perante a autarquia, em especial nas
hipóteses previstas nos artigos 39, § 3º, 56, 70, II e 113, I e § 1º da Lei nº 1.810,
de 04 de abril de 2016, e

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de
Administração do ITUPREV em sua reunião ordinária realizada em 23/07/2020,
conforme Ata nº 15/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução dispõe sobre o parcelamento de
débitos perante o ITUPREV, estabelecendo as regras e os procedimentos para a
devolução de valores pagos indevidamente pelo ITUPREV, em favor de seus
segurados e pensionistas.

§ 1º - Aplica-se esta Resolução também aos servidores efetivos
e comissionados do ITUPREV, bem como aos membros titulares e suplentes do
Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e aos beneficiários, inclusive
para casos cujo vínculo com o RPPS tenha cessado por qualquer motivo, e seus
sucessores.

§ 2º - Aplicam-se as disposições desta Resolução à reposição
de valores recebidos em cumprimento de decisão liminar, tutela antecipada ou
sentença que venha a ser reformada ou rescindida, bem como ao pagamento de
multas previstas na Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016.

Art. 2º - Comprovado o recebimento de valores indevidos ou
situação que enseje a aplicação de multa, o devedor será notificado para quitar o
débito, ou apresentar requerimento de parcelamento, no prazo de 15 (quinze)
dias.

§ 1º - A notificação deverá ser encaminhada juntamente com
demonstrativo de cálculo do valor devido, constando:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

I - origem do débito;

II - total de parcelas acumuladas, em caso de pagamento de parcelas mensais;

III - consolidação do débito, com atualização monetária calculada com base na variação do INPC/IBGE; e

IV - incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês nas hipóteses previstas nos artigos 39, § 3º, e 113, § 1º, da Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016.

§ 2º - Apenas os débitos com valor superior ao montante final e atualizado, correspondente de R\$ 200,00 (duzentos reais), poderão ser parcelados.

Art. 3º - O requerimento de parcelamento deverá ser formalizado diretamente na sede do ITUPREV ou eletronicamente, quando disponível, no *site* da autarquia na *internet*.

§ 1º - O requerimento de parcelamento de débitos cuja exigibilidade esteja sendo objeto de discussão administrativa ou judicial deverá ser precedido da desistência das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão parcelados, e da renúncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais.

§ 2º - O requerimento do parcelamento importa confissão extrajudicial irrevogável e irretratável da dívida, nos termos dos artigos 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 4º - O deferimento do pedido de parcelamento formalizado de acordo com o artigo 3º ficará condicionado ao pagamento da 1ª (primeira) parcela.

Parágrafo único - Considera-se sem efeito o requerimento de parcelamento sem o pagamento tempestivo da 1ª (primeira) parcela.

Art. 5º - O pagamento das parcelas deverá ser feito mediante desconto em folha no caso de segurados, pensionistas e servidores, ou mediante depósito, transferência ou boleto bancário nos demais casos.

§ 1º - Os descontos em folha deverão respeitar o limite de 20% (vinte por cento) dos proventos do segurado ou da remuneração bruta do servidor.

§ 2º - Os pagamentos por depósito, transferência ou boleto bancário deverão observar os seguintes critérios:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

I - não poderão ultrapassar o limite de 12 parcelas, salvo nos casos excepcionais e devidamente comprovados de que o valor da parcela compromete a subsistência do devedor, hipótese em que o requerimento será submetido à análise da Assistência Social e decisão da Superintendência;

II - o valor das parcelas não poderá ser inferior R\$ 100,00 (cem reais);

III - a primeira parcela vencerá em até 5 (cinco) dias da data do requerimento e as demais até o dia 15 dos meses subsequentes;

IV - o depósito, transferência ou boleto bancário serão efetuados em conta bancária indicada pelo ITUPREV.

§ 3º - O valor de cada parcela será obtido mediante divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas informado no requerimento, observados os limites desta Resolução.

Art. 6º - Por ocasião do pagamento, as parcelas serão acrescidas de atualização monetária calculada com base na variação do INPC/IBGE calculada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês em que o pagamento for efetuado.

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas nos artigos 39, § 3º, e 113, § 1º, da Lei nº 1.810, de 04 de abril de 2016, e a partir da 5ª (quinta) parcela nos demais casos, haverá incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor das parcelas.

Art. 7º - O parcelamento concedido na forma disciplinada por esta Resolução será rescindido em caso de falta de pagamento:

I - de 3 (três) prestações, consecutivas ou não; ou

II - de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 1º - Não será considerado, para efeito de quitação da prestação, o pagamento parcial.

§ 2º - Em caso de rescisão do parcelamento, o ITUPREV adotará os procedimentos necessários para inscrição do débito remanescente em Dívida Ativa ou para prosseguimento da cobrança.

Art. 8º - Em caso de ausência de manifestação do devedor, seja para quitar, seja para requerer o parcelamento, no prazo de que trata o *caput* do artigo 2º, o débito deverá ser encaminhado para inscrição na Dívida Ativa.

Art. 9º - Os valores de que trata o artigo 2º, § 2º, e o artigo 7º, § 2º, II, serão reajustados, anualmente, de acordo com a variação do INPC/IBGE.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Art. 10 - Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência do ITUPREV, com base nas disposições legais pertinentes.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Itu, 23 de julho de 2020.

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO
Superintendente do ITUPREV